



**INSTITUTO
CENTRO
DE VIDA**

Guia para a regularização ambiental de propriedades da agricultura familiar em Mato Grosso

Equipe Técnica

CONTEÚDO

Instituto Centro de Vida (ICV)

Eriberto Müller Gestor de Projetos

Weslei Butturi Engenheiro Florestal e Analista de Geotecnologias

Luan Cândido Engenheiro Agrônomo e Analista Socioambiental



REDAÇÃO E EDITORAÇÃO

Raiz Assessoria Socioambiental

Felipe Zanusso Responsável técnico

Deborah Gallo Analista ambiental

Nátali de Mello Diagramação



2025

Sumário

1	Apresentação	04
2	Desafios e oportunidades para regularização ambiental em propriedades da agricultura familiar	06
	2.1 Principais desafios da regularização ambiental	06
	2.2 Oportunidades para facilitar a regularização ambiental	09
3	Arranjos e modelos para implementação de sistemas agloflorestais e regeneração natural assistida	10
	3.1 Regeneração Natural Assistida (RNA)	10
	3.2 Sistemas Agloflorestais (SAFs)	13
	3.3 A complementariedade entre as abordagens de RNA e SAFs	17
	3.4 Atores envolvidos na implementação da RNA e SAFs	18
	3.5 Viabilidade econômica de SAFs no Mato Grosso (ICV)	20
4	A importância do monitoramento	23
5	Olhando para o futuro	24
6	Saiba mais	25
7	Recomendações para a implementação do Código Florestal na agricultura familiar	26

1. Apresentação

A regularização ambiental de propriedades rurais é um dos principais desafios para a implementação do **Código Florestal** (Lei nº 12.651/2012), especialmente no contexto da agricultura familiar. O **Código Florestal** se apresenta como a legislação nacional que define as obrigações de preservação de vegetação nativa no país. Para as **propriedades rurais**, a legislação regulamenta as áreas mínimas de manutenção de vegetação, além das áreas de proteção permanente (APPs) e de reserva legal (RL). De acordo com a lei, todos os proprietários rurais devem realizar o **Cadastro Ambiental Rural (CAR)**, que corresponde ao cadastramento obrigatório das propriedades rurais, exigindo

a identificação de proprietários e imóveis, incluindo perímetro da propriedade, localização de áreas de vegetação nativa, corpos d'água, presença de áreas de APPs e RL, se existirem. Posteriormente, as informações da propriedade são validadas e as possíveis irregularidades e necessidades de adequação são definidas.

Embora o Cadastro Ambiental Rural tenha avançado como ferramenta para o planejamento e gestão do uso da terra, sua efetividade ainda esbarra em obstáculos como a validação dos cadastros, a adesão ao **Programa de Regularização Ambiental (PRA)** e a viabilização técnica e econômica da restauração florestal em pequenas propriedades. A adesão ao PRA permite que proprietários fiquem em conformidade com a legislação, resolvendo os passivos ambientais da propriedade, tendo como vantagens o acesso a linhas de crédito, ou isenção e parcelamento de multas ambientais, e a emissão do Certificado de Conformidade Ambiental (CCA).



O Instituto Centro de Vida (ICV), fundada em 1991 no estado de Mato Grosso Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, tem atuado há alguns anos em parceria com Poder Público e grupos da agricultura familiar e sociedade civil no apoio e monitoramento para a implementação do Código Florestal. Segundo o IBGE (2023), o estado do **Mato Grosso** possui uma área de 903.208,362km², o que corresponde a **10,6% do território brasileiro**. O bioma Amazônia abrange 54% do estado, 39% do território corresponde ao bioma Cerrado e 7% ao Pantanal (IBGE/MMA, 2004). As áreas de floresta ocupam 36% da área total do estado, e 42% da área, sendo a maior parte do território corresponde às áreas de pastagens. De acordo com o último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), o estado lidera as produções de feijão, milho, soja, algodão, gergelim, girassol e de bovinos do país. A população do estado corresponde à 3.658.649 pessoas, das quais 422,5 mil pessoas estão em atividades agropecuárias. A maior parte dos produtores são homens entre 45 e 54 anos, e entre todos os produtores e produtoras, a maior parte não possui nível de escolaridade com 2º grau completo. O estado possui 118,7 mil estabelecimentos agropecuários, o que corresponde à 54,9 milhões de hectares, sendo menos de 10% áreas de agricultura familiar.

Diante desse cenário, o ICV, com apoio do Instituto Clima e Sociedade, desenvolveu o presente Guia como um instrumento de apoio para agricultores e agricultoras familiares, técnicos(as) e gestores(as) públicos envolvidos na **implementação do Código Florestal**. O material busca sistematizar experiências práticas e apresentar caminhos para superar os desafios da regularização ambiental, a partir de modelos viáveis e replicáveis.

O projeto **“Acelerando a Implementação do Código Florestal”** tem como foco apoiar a regularização ambiental de pequenas propriedades, buscando soluções que equilibrem a conservação ambiental e a viabilidade socioeconômica da agricultura familiar. Para isso, foram consideradas estratégias de restauração de áreas degradadas como a Regeneração Natural Assistida (RNA) e os Sistemas Agroflorestais (SAFs), que conciliam recuperação ambiental com geração de renda.

Ao longo deste Guia, são apresentadas as principais **diretrizes, desafios e oportunidades** para a implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA) nas propriedades familiares, bem como recomendações práticas baseadas na experiência do ICVs. O objetivo é oferecer um material acessível e aplicável, que possa orientar tanto os agricultores e agricultoras familiares quanto profissionais responsáveis pelo assessoramento técnico para a regularização ambiental.

Com isso, busca-se ampliar a difusão de soluções que conciliam a regularização ambiental com as necessidades da agricultura familiar. A restauração e regularização de passivos ambientais estão alinhadas aos objetivos da agenda climática e de conservação da biodiversidade, fortalecendo o papel estratégico do estado de Mato Grosso e do Brasil na construção de **soluções sustentáveis para o uso da terra**.

2. Desafios e oportunidades para regularização ambiental em propriedades da agricultura familiar

A **regularização ambiental** de propriedades rurais é um passo fundamental para garantir a **conformidade** com o Código Florestal e promover práticas sustentáveis na agricultura familiar. No entanto, o processo ainda apresenta desafios estruturais, técnicos e econômicos, que dificultam a adesão das pequenas propriedades ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Esta seção discute as **principais barreiras** que limitam a implementação dessas políticas, bem como as oportunidades que podem facilitar e incentivar os produtores a adotarem práticas de restauração e conservação ambiental aliadas à geração de renda.

2.1 PRINCIPAIS DESAFIOS DA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

Os desafios enfrentados pelo(a)s agricultore(a)s familiares na regularização ambiental envolvem desde **dificuldades operacionais e financeiras** até **entraves burocráticos e falta de apoio técnico adequado**. Entre os principais desafios, destacam-se:



ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- Falta de profissionais qualificados para auxiliar o(a)s agricultore(a)s na adesão ao PRA e no manejo de áreas em processo de regularização.
- Baixa oferta de programas públicos e privados voltados para o acompanhamento técnico contínuo.
- Custo elevado de serviços de consultoria especializada, muitas vezes inacessível para as pequenas propriedades.



COMPLEXIDADE DO CAR E EXIGÊNCIAS LEGAIS

- Muito(a)s agricultore(a)s enfrentam dificuldades no preenchimento e regularização do CAR, devido à falta de clareza das exigências.
- Necessidade de maior suporte para adequação das propriedades às exigências do Código Florestal.
- Uso de SAFs em Áreas de Preservação Permanente (APPs) – Existem divergências normativas sobre a possibilidade de implantação de SAFs em APPs, o que gera insegurança para os produtores.



LIMITAÇÕES NA ARTICULAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS

- Insuficiência de apoio governamental para a implementação do PRA, especialmente no que se refere à oferta de subsídios e linhas de financiamento acessíveis para agricultore(a)s familiares.
- Falta de integração entre órgãos ambientais, setor produtivo e iniciativa privada, o que contribui para a persistência de entraves burocráticos e dificulta o fomento a alternativas produtivas sustentáveis.



MOROSIDADE NA VALIDAÇÃO DO CAR PELO PODER PÚBLICO

- O longo tempo de análise e validação do CAR compromete a regularização ambiental e o acesso do(a)s agricultore(a)s ao PRA.
- Impacto direto na obtenção de crédito rural, pois muitas linhas de financiamento exigem a regularidade ambiental da propriedade.
- Expectativa com a implementação do CAR 2.0, metodologia que busca agilizar o processo com o uso de inteligência artificial.



CUSTO ELEVADO DA REGULARIZAÇÃO

- O processo de restauração ambiental, seja por meio de plantio ou regeneração natural, exige investimentos em mão de obra, mudas, insumos e monitoramento.
- Os custos dificultam a adesão voluntária ao PRA, especialmente para agricultore(a)s com baixa capacidade financeira.



MÃO DE OBRA ESCASSA

- Na agricultura familiar há dificuldade para encontrar mão de obra qualificada em todas as etapas das atividades de restauração ambiental (implantação, manejo, capina seletiva, etc.).
- Muitas propriedades são geridas por famílias numa faixa etária mais avançada, o que pode tornar as atividades que exigem esforço físico mais desafiadoras.



VIABILIDADE ECONÔMICA DA RESTAURAÇÃO

- O retorno econômico das áreas em restauração nem sempre é percebido e imediato, o que gera resistência em fazer investimentos por parte dos produtores.
- Necessidade de incentivos – financeiros, técnicos, regulatórios e de mercado – para viabilizar a regularização ambiental, mesmo quando esta for motivada principalmente pelo cumprimento de passivos, e não por uma expectativa imediata de retorno produtivo.



MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SECA

- A escassez hídrica e eventos climáticos extremos afetam a sobrevivência das mudas e a regeneração da vegetação.
- Necessidade de técnicas adaptadas para aumentar a resiliência dos sistemas produtivos e de restauração.



DIFICULDADES NO CONTROLE DE PLANTAS INVASORAS E ESPONTÂNEAS

- O manejo da vegetação nativa e de gramíneas invasoras é um dos desafios para a restauração, especialmente em áreas que passam por regeneração natural assistida (RNA).
- Restrições legais e do mercado quanto ao uso de herbicidas e falta de alternativas acessíveis para o controle de espécies invasoras impactam a eficiência da restauração.



DIFICULDADE DE MONITORAMENTO

- Acompanhar a evolução das áreas em processo de restauração é um desafio devido à falta de tecnologia acessível por parte das famílias agricultoras e ao alto custo do monitoramento presencial, que geralmente envolve a contratação de técnicos, deslocamento até áreas rurais e uso de equipamentos especializados.

2.2 OPORTUNIDADES PARA FACILITAR A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL

Apesar dos desafios, a regularização ambiental também apresenta **oportunidades estratégicas** para o(a)s agricultore(a)s familiares. Quando aliada a **boas práticas produtivas e políticas de incentivo**, a restauração ambiental pode trazer benefícios ambientais e econômicos.

Entre as principais oportunidades para fortalecer a implementação do Código Florestal na agricultura familiar, destacam-se:



ADOÇÃO DA REGENERAÇÃO NATURAL ASSISTIDA (RNA)

- Alternativa de baixo custo para recuperação ambiental, reduzindo a necessidade de plantio de mudas.
- Maior adesão dos produtores devido à simplicidade do manejo e menor investimento inicial.



USO DE SENSORIAMENTO REMOTO PARA MONITORAMENTO

- Representa uma oportunidade promissora para o monitoramento da recuperação ambiental, desde que haja acesso a tecnologias apropriadas e suporte técnico.
- Possibilidade de uso de imagens de satélite gratuitas (ex: MapBiomas, Global Forest Watch) e drones acessíveis, reduzindo custos e aumentando a precisão das análises.
- Pode minimizar a necessidade de visitas frequentes ao campo, tornando o processo mais eficiente e viável para agricultore(a)s familiares.
- Requer capacitação básica para uso das ferramentas e interpretação das informações geradas.



EXPANSÃO DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAFs)

- A integração da restauração ambiental com a produção de culturas de interesse econômico, por meio de SAFs, possibilitam a recuperação de áreas degradadas com retorno financeiro mais rápido.
- Adoção crescente desses sistemas pode estimular novas políticas públicas e linhas de financiamento.



FORTALECIMENTO DE PARCERIAS COM ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

- Maior engajamento de cooperativas e associações locais pode facilitar a organização do(a)s agricultore(a)s e a captação de recursos para a regularização.
- Estímulo a arranjos coletivos para acesso a assistência técnica e crédito.



Os desafios da regularização ambiental são significativos, mas podem ser superados com estratégias que aliem viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental. O avanço de políticas públicas, incentivos e tecnologias inovadoras pode tornar a adequação ambiental mais acessível para o(a)s agricultore(a)s familiares, promovendo um modelo produtivo que concilia conservação e geração de renda.

3. Arranjos e modelos para implementação de sistemas agloforestais e regeneração natural assistida

A regularização ambiental das propriedades da agricultura familiar exige a adoção de **modelos de restauração** que conciliem **recuperação ambiental, viabilidade econômica e sustentabilidade produtiva**. Para que o cumprimento do Código Florestal seja uma realidade acessível aos agricultore(a)s familiares, é fundamental implementar abordagens que combinem **baixo custo, eficiência técnica e retorno econômico**, incentivando a adesão do(a)s agricultore(a)s ao **Programa de Regularização Ambiental (PRA)**.

O Instituto Centro de Vida (ICV) tem atuado no desenvolvimento e aplicação de arranjos estratégicos para a implementação da **Regeneração Natural Assistida (RNA) e dos Sistemas Agroflorestais (SAFs)**, garantindo a restauração das áreas degradadas ao mesmo tempo em que fortalece a produção rural e a geração de renda. Nesta seção, são apresentados os principais elementos desses modelos, incluindo os atores envolvidos, as etapas do processo, as técnicas aplicadas e os resultados obtidos. Também são apresentadas as abordagens utilizadas para RNA e SAFs, suas vantagens comparativas e a viabilidade econômica de cada abordagem no contexto do Mato Grosso. O objetivo é **consolidar um referencial replicável**, permitindo que essas experiências sejam utilizadas em outras iniciativas de regularização ambiental e restauração produtiva no Brasil.

3.1 REGENERAÇÃO NATURAL ASSISTIDA (RNA)

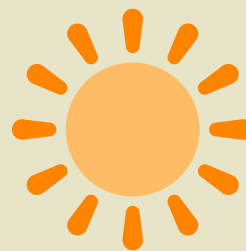
A Regeneração Natural Assistida (RNA) é uma técnica de restauração ambiental que aproveita a **capacidade de regeneração natural da vegetação nativa**, com intervenções para estimular o crescimento das espécies desejadas e controlar as invasoras. Essa abordagem tem sido aplicada em propriedades de agricultore(a)s familiares no Mato Grosso, destacando-se por sua **eficácia e baixo custo**.

A experiência do Instituto Centro de Vida (ICV) destaca que a RNA pode ser um caminho acessível para o cumprimento das exigências do Código Florestal, especialmente para a agricultura familiar que precisam restaurar suas áreas com recursos limitados. A estratégia se baseia na seleção de áreas com potencial regenerativo, no monitoramento contínuo e no manejo de competidores que possam prejudicar o desenvolvimento da vegetação nativa.

PRINCIPAIS VANTAGENS DA RNA

BAIXO CUSTO

Reduz significativamente os investimentos em mudas, insumos e mão de obra.



ADAPTAÇÃO AO CONTEXTO LOCAL

Aproveita o potencial regenerativo da vegetação local, sem necessidade de mudanças drásticas no uso do solo.

PARTICIPAÇÃO DO(A)S AGRICULTORE(A)S

O envolvimento ativo dos produtores permite o desenvolvimento de conhecimentos práticos sobre manejo e restauração ambiental.

ASPECTOS ECOLÓGICOS

Aumenta a biodiversidade e recupera os serviços ecossistêmicos de forma mais natural e eficiente.



ETAPAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA RNA

O ICV estruturou um protocolo de implementação da RNA adaptado à realidade da agricultura familiar no Mato Grosso. As etapas envolvem:

1

MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Diálogos com agricultore(a)s e organizações locais para apresentar a metodologia e identificar interessados.

2

MAPEAMENTO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS

Análise de imagens de satélite e visitas a campo para selecionar áreas com potencial de regeneração.

3

PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

Definição das técnicas de manejo e dos recursos necessários.

4

CAPACITAÇÃO

Realização de oficinas com agricultore(a)s para demonstrar as práticas de manejo.

5

EXECUÇÃO DAS INTERVENÇÕES

Isolamento da área, controle de invasoras e proteção de mudas naturais.

6

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Acompanhamento regular utilizando as normativas com adaptações para a realidade das propriedades familiares.

DESAFIOS E APRENDIZADOS

Durante as **oficinas de capacitação** realizadas pelo ICV, agricultore(a)s relataram dificuldades no controle de invasoras e na compreensão inicial das técnicas. No entanto, a chamada “regra da escadinha” foi um dos aprendizados mais valorizados, pois auxilia na identificação dos estágios de desenvolvimento das espécies e na orientação do manejo adequado.

O impacto da RNA na percepção do(a)s agricultore(a)s foi evidente, especialmente ao observarem o aumento da biodiversidade, a melhoria na qualidade do solo e a possibilidade de aliar conservação ambiental e atividades produtivas. A troca de experiências entre os participantes durante as oficinas também foi destacada como um fator positivo, consolidando o papel das cooperativas na disseminação desse conhecimento.

Assim, a **RNA se apresenta como uma solução de restauração ambiental viável e eficiente**, especialmente para pequenas propriedades que buscam regularizar suas áreas e contribuir para a sustentabilidade ambiental no Mato Grosso.



3.2 SISTEMAS AGLOFORESTAIS (SAFs)

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são uma estratégia interessante para **promover a regularização ambiental aliada à produção sustentável**, especialmente em propriedades da agricultura familiar. Esses sistemas integram cultivos agrícolas, arbóreos e florestais, permitindo a **restauração de áreas degradadas** e, simultaneamente, a **geração de renda para os produtores**. Devido à abrangência de estratégias que envolvem os SAFs e impactos positivos gerados por estes sistemas, é possível afirmar que contemplem pontos de 11, dos 17 **Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODSs)**, segundo o Instituto Preta Terra, como, por exemplo, a restauração de solos, criação de corredores ecológicos, produção de alimentos com a redução de uso de insumos.

Estudos mostram que SAFs são sistemas mais eficazes para a mitigação climática, quando comparados a outros sistemas de regeneração, tendo papel no estoque de carbono e contribuindo para a resiliência de populações potencialmente vulneráveis e para os sistemas alimentares (Hart et al, 2023). Esta abordagem também foi apontada no relatório do IPCC (2019), que enfatiza a situação de piora do solo com as mudanças climáticas. O relatório apresenta soluções baseadas na natureza para reduzir as emissões estando, entre elas, os sistemas

agroflorestais, junto à necessidade de mudanças nos sistemas agropecuários.

A experiência prática do Instituto Centro de Vida (ICV) tem demonstrado que os SAFs oferecem vantagens para o(a)s agricultore(a)s, como a diversificação da produção, a resiliência diante das mudanças climáticas e a recuperação ambiental com ganhos econômicos.

A implementação dessa estratégia, no entanto, exige um **planejamento cuidadoso, o engajamento do(a)s agricultore(a)s e a adoção de boas práticas de manejo**. A seguir apresentamos algumas características dos SAFs na agricultura familiar.



CARACTERÍSTICAS DOS SAFs NA AGRICULTURA FAMILIAR

Os SAFs aplicados em propriedades familiares apresentam as seguintes características principais:

DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

Integração de diferentes espécies vegetais, com a combinação de cultivos agrícolas, frutíferas, madeireiras e leguminosas.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

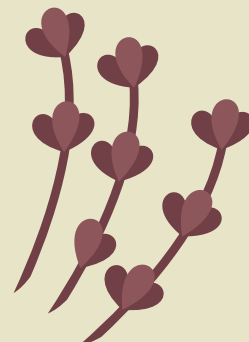
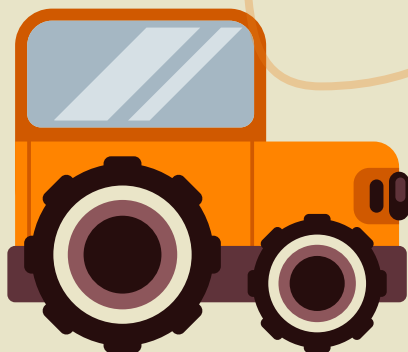
Redução de impactos ambientais, recuperação da vegetação nativa e aumento da biodiversidade.

GERAÇÃO DE RENDA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Produção de alimentos, madeira e outros produtos com potencial de comercialização.

APROVEITAMENTO DE ÁREAS OCIOSAS

Utilização produtiva de áreas com baixa aptidão agrícola.



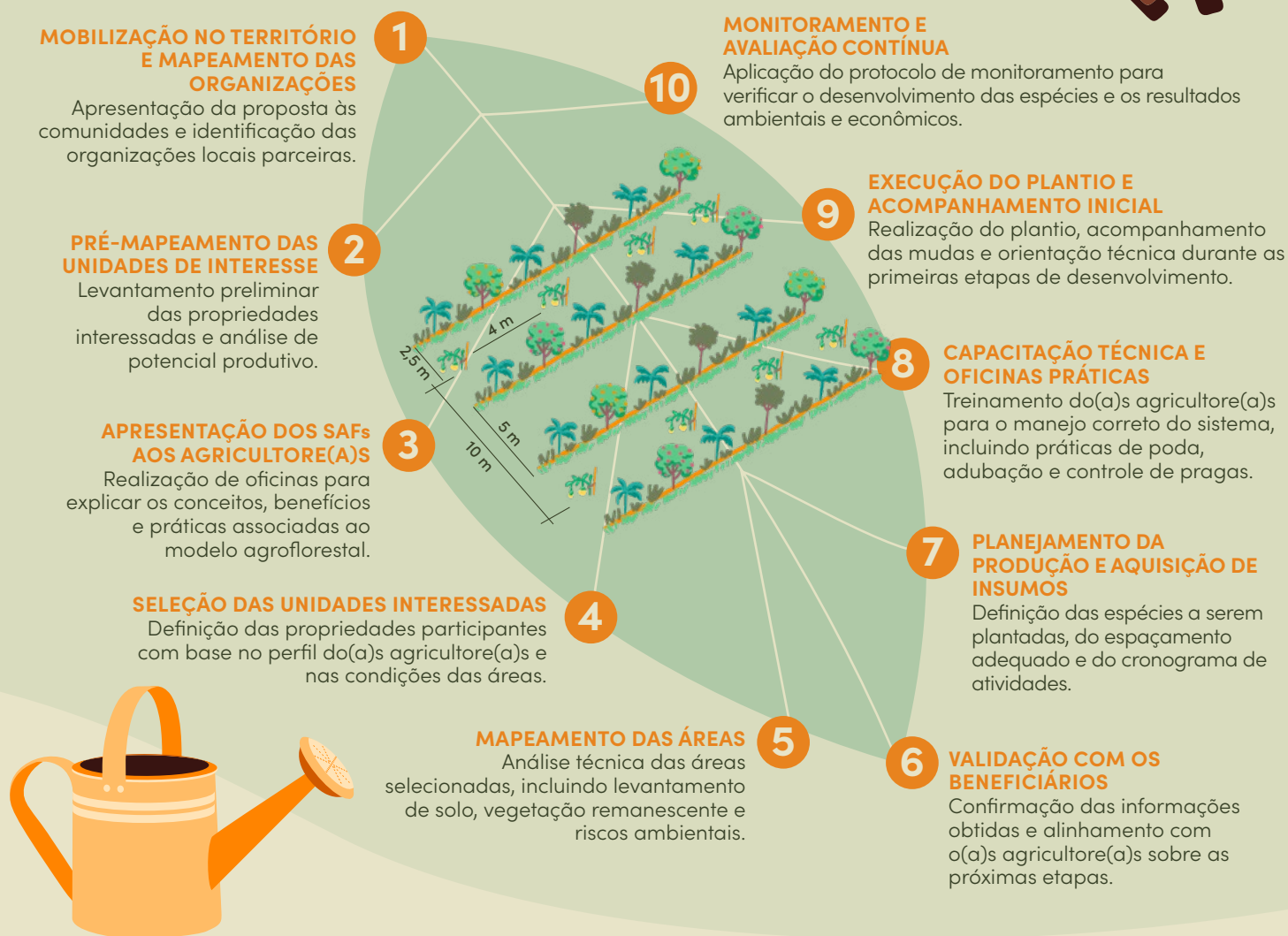
Importante destacar que a implementação dos SAFs em propriedades da agricultura familiar exige não apenas o **conhecimento técnico**, mas também o **envolvimento ativo do(a)s agricultore(a)s em todas as etapas do processo**. O sucesso dessa estratégia depende de um planejamento estruturado, desde a mobilização inicial até o monitoramento contínuo, garantindo que as áreas degradadas sejam recuperadas de forma sustentável e que o(a)s agricultore(a)s possam colher **benefícios econômicos** ao longo do tempo.

Com base na experiência do Instituto Centro de Vida (ICV), foram desenvolvidas **diretrizes para orientar o(a)s agricultore(a)s familiares na adoção dos SAFs**. Esse protocolo visa assegurar que cada passo seja realizado com o suporte técnico adequado, respeitando as particularidades de cada propriedade e otimizando os recursos disponíveis. A seguir, apresentamos as etapas essenciais para a implementação dos SAFs, que possibilitam a integração entre conservação ambiental e produção agrícola, promovendo o desenvolvimento sustentável no contexto da agricultura familiar.

ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO DOS SAFs: O PROTOCOLO DE 10 PASSOS

A metodologia desenvolvida pelo ICV para a implementação de SAFs é estruturada em dez passos, que orientam o processo de planejamento, execução e monitoramento das áreas. São eles:

METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO DA AGROFLORESTA NA AGRICULTURA



IMPACTOS, BENEFÍCIOS E APRENDIZADOS DOS SAFs NO MATO GROSSO

A experiência do Instituto Centro de Vida (ICV) com os Sistemas Agroflorestais (SAFs) no Mato Grosso evidenciou **impactos ambientais, benefícios econômicos e sociais, além de aprendizados para aprimorar a implementação dessa estratégia.**

Os SAFs contribuíram para a resiliência ambiental, favorecendo a regeneração do solo e o equilíbrio hídrico por meio da introdução de espécies nativas e cobertura vegetal contínua. O envolvimento de cooperativas e associações locais fortaleceu as redes de apoio comunitário e facilitou o acesso ao mercado, criando um ambiente colaborativo para a agricultura familiar.

O Estudo de Viabilidade Econômica (EVE) nos SAFs é o caminho para indicar qual o prazo e potencial do retorno financeiro das espécies escolhidas, especialmente com o cultivo de espécies de ciclo curto já nos primeiros anos, o que torna essa estratégia atrativa para a geração de renda da agricultura familiar.

Entretanto, desafios como o custo inicial elevado, a necessidade de assistência técnica contínua e a adaptação às condições locais foram observados. O investimento em mudas, insumos e infraestrutura representa um obstáculo inicial, enquanto o manejo adequado dos SAFs exige acompanhamento especializado, principalmente nos primeiros anos. A escolha correta das espécies e o ajuste das práticas de manejo às especificidades de cada propriedade são determinantes para o sucesso do sistema.

Os benefícios dos SAFs para a agricultura familiar incluem:

ADAPTAÇÃO LOCAL

SAFs planejados conforme a realidade socioeconômica do(a)s agricultore(a)s.

ESCOLHA PARTICIPATIVA

Agricultore(a)s decidem quais espécies cultivar, promovendo engajamento.

CONSÓRCIOS PRODUTIVOS

Integração de culturas como banana, açaí e limão, proporcionando diversificação.

RETORNO ECONÔMICO

Geração de renda em curto e médio prazo.

ENGAJAMENTO DOS PRODUTORES

Fortalecimento de associações e cooperativas, facilitando o acesso ao mercado.



Os relatos do(a)s agricultore(a)s durante as oficinas reforçam que, apesar dos desafios, os **SAFs são vistos como uma oportunidade promissora**. A diversificação da produção, o retorno econômico em médio prazo e o suporte técnico são fatores essenciais para incentivar a adoção dessa estratégia, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da agricultura familiar no estado.

A experiência do ICV na implementação da Regeneração Natural Assistida (RNA) e dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) demonstra que é possível aliar regularização ambiental, conservação da biodiversidade e viabilidade econômica. Esses modelos oferecem alternativas eficazes para pequeno(a)s agricultore(a)s que precisam cumprir a legislação ambiental sem comprometer sua produção e renda.

Ao fortalecer a participação dos produtores, oferecer suporte técnico e incentivar a restauração produtiva, essas estratégias se tornam replicáveis e escaláveis, contribuindo para um modelo de desenvolvimento rural sustentável.

3.3 A COMPLEMENTARIEDADE ENTRE AS ABORDAGENS DE RNA E SAFs

A Regeneração Natural Assistida (RNA) e os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são estratégias complementares que podem ser adotadas na regularização ambiental de propriedades da agricultura familiar. Enquanto a **RNA tem um enfoque na recuperação da vegetação nativa com o menor custo possível, os SAFs conciliam restauração ecológica e produção agrícola**, proporcionando retorno econômico mais rápido.

A escolha entre RNA e SAFs deve **considerar as condições ambientais da propriedade, os objetivos do agricultor e a disponibilidade de recursos para implementação e manutenção**. Em muitas situações, ambas as abordagens podem ser utilizadas de forma integrada, promovendo um equilíbrio entre conservação e produtividade.

QUANDO APLICAR CADA ABORDAGEM?

- **RNA** é recomendada para **áreas onde já há regeneração natural em curso**, mas que necessitam de **estímulo e manejo para garantir sua efetividade**. É uma opção vantajosa para propriedades que enfrentam limitações financeiras e para agricultore(a)s que desejam atender às exigências ambientais com menor investimento.
- **SAFs** são mais indicados para **agricultore(a)s que desejam aliar recuperação ambiental à produção agrícola**. Essa abordagem exige maior investimento inicial, mas pode gerar retorno econômico no curto e médio prazo, principalmente com o cultivo de espécies frutíferas e madeireiras.

O quadro a seguir apresenta uma comparação entre as duas estratégias, destacando suas principais características e aplicações:

Aspecto	Regeneração Natural Assistida (RNA)	Sistemas Agroflorestais (SAFs)
OBJETIVO PRINCIPAL	Recuperação da vegetação nativa com o menor custo possível.	Produção agrícola sustentável integrando árvores e cultivos agrícolas.
MÉTODO	Fomento ao crescimento natural da vegetação, com intervenções mínimas para facilitar a regeneração.	Plantio planejado de espécies nativas e produtivas (ex.: frutíferas, madeireiras, leguminosas).
CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO	Baixo – reduz a necessidade de mudas, adubação e manejo intensivo.	Médio a alto – envolve aquisição de mudas, plantio e manutenção.
RETORNO ECONÔMICO	Indireto e de longo prazo – melhora a qualidade ambiental, mas não gera renda imediata.	Direto e de curto/médio prazo – produtos agroflorestais podem gerar renda.
MANEJO E MANUTENÇÃO	Baixa intervenção – pode incluir isolamento da área, controle de espécies invasoras e proteção do solo.	Necessidade de manejo contínuo – poda, adubação, controle de pragas e colheita.
MONITORAMENTO	Baseado em indicadores ecológicos (cobertura do solo, densidade e riqueza de regenerantes).	Acompanhamento do crescimento das espécies cultivadas e produtividade agrícola.
PÚBLICO-ALVO	precisam regularizar áreas degradadas com baixo investimento.	Agricultore(a)s que buscam integrar produção agrícola com recuperação ambiental.

Além dessas características, **a combinação das duas abordagens pode otimizar os resultados da regularização ambiental**, criando sistemas produtivos diversificados e promovendo um uso mais eficiente dos recursos naturais disponíveis.

3.4 ATORES ENVOLVIDOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA RNA E SAFs

O desenvolvimento da Regeneração Natural Assistida (RNA) e dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) na regularização ambiental das propriedades familiares depende de uma atuação coordenada entre diferentes atores. Cada um deles desempenha um papel essencial nas etapas de planejamento, execução e monitoramento, garantindo que os processos de restauração sejam tecnicamente viáveis, financeiramente acessíveis e sustentáveis a longo prazo.

A seguir, são apresentados **alguns dos principais atores** que devem estar envolvidos e suas responsabilidades:



ORGANIZAÇÃO EXECUTORA

- Atua como facilitadora do processo de regularização ambiental, fornecendo suporte técnico, metodológico e operacional para implementação da RNA e dos SAFs.
- Garante que o(a)s agricultore(a)s tenham acesso a orientação técnica, capacitação e apoio na implementação das práticas de restauração.
- Promove a articulação entre os diferentes atores, incluindo órgãos públicos, associações locais e o setor privado.



ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS LOCAIS

- São mediadoras fundamentais no processo de regularização ambiental, garantindo que as demandas e necessidades do(a)s agricultore(a)s sejam representadas e atendidas.
- Facilitam o acesso dos produtores a insumos, capacitações, crédito e políticas públicas de incentivo.
- Atuam no fortalecimento da comercialização da produção sustentável, conectando o(a)s agricultore(a)s aos mercados consumidores.



AGRICULTORE(A)S AOS MERCADOS CONSUMIDORES

- São os principais beneficiários e protagonistas da regularização ambiental, implementando as técnicas de RNA e SAFs em suas propriedades.
- Precisam de capacitação e assistência técnica contínua para garantir a adoção das práticas adotadas.
- Devem atuar de forma integrada com cooperativas e organizações parceiras para ampliar o impacto da restauração e da produção agroflorestal.



Além desses atores centrais, outras instituições desempenham papéis estratégicos na estruturação e fortalecimento das iniciativas de regularização ambiental:



ÓRGÃOS PÚBLICOS

- Responsável pela validação do CAR e do PRA, garantindo que as propriedades estejam regularizadas conforme a legislação ambiental.
- Atua na formulação de políticas públicas e incentivos para estimular a adesão do(a)s agricultore(a)s ao PRA.
- Garante a fiscalização e o cumprimento das normas ambientais, promovendo um ambiente regulatório que favoreça a restauração.



INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E UNIVERSIDADES

- Desenvolvem pesquisas aplicadas sobre técnicas de restauração, modelos agroflorestais e viabilidade econômica da regularização ambiental.
- Contribuem para a formação de profissionais capacitados para atuar no assessoramento técnico do(a)s agricultore(a)s.
- Auxiliam na elaboração de metodologias inovadoras para monitoramento e avaliação das práticas de restauração.



FINANCIADORES E TERCEIRO SETOR

- Organizações da sociedade civil e instituições de financiamento têm papel na viabilização econômica dos projetos de regularização ambiental.
- Financiadores podem apoiar a implementação de projetos-piloto, fornecer recursos para capacitação de agricultore(a)s e financiar pesquisas sobre RNA e SAFs.
- Instituições da Sociedade Civil atuam na mobilização dos atores locais, sensibilização do(a)s agricultore(a)s e implementação de boas práticas que garantam maior adesão às iniciativas.



EMPRESAS E MERCADO

- O setor privado pode atuar como parceiro estratégico na regularização ambiental, promovendo a valorização de produtos agroflorestais e incentivando a restauração produtiva.
- Empresas que adotam compromissos de sustentabilidade podem investir em cadeias produtivas de baixo impacto ambiental, favorecendo o(a)s agricultore(a)s que implementam SAFs.
- Há potencial para parcerias voltadas à comercialização de créditos de carbono e incentivos financeiros para quem mantém áreas restauradas.

A implementação de modelos de regularização ambiental depende de um arranjo institucional coordenado, que envolva o(a)s agricultore(a)s familiares, instituições públicas, setor privado e sociedade civil. A experiência do ICV demonstra que a adoção da Regeneração Natural Assistida (RNA) e dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) pode ser uma solução viável e escalável, desde que associada a uma estrutura de suporte adequada e incentivos apropriados para as pequenas propriedades.

Ao fortalecer o papel de cooperativas, associações locais e redes de apoio técnico, é possível ampliar a adesão do(a)s agricultore(a)s familiares à regularização ambiental, garantindo a sustentabilidade das propriedades rurais e a valorização da agricultura de base ecológica.

3.5 VIABILIDADE ECONÔMICA DE SAFs NO MATO GROSSO (ICV)

A **análise da viabilidade econômica** é uma etapa fundamental para orientar a tomada de decisão quanto à **adoção de estratégias de regularização ambiental na agricultura familiar**. No estado de Mato Grosso, o Instituto Centro de Vida (ICV) conduziu estudos para avaliar os custos e benefícios dos Sistemas Agroflorestais (SAFs). Os resultados obtidos, baseados em monitoramento econômico participativo e acompanhamento técnico, podem fornecer subsídios para agricultore(a)s, gestores e demais atores interessados na regularização ambiental e no uso sustentável do solo.

SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAFs) E SEU POTENCIAL PRODUTIVO

Os Sistemas Agroflorestais, por sua vez, oferecem uma estratégia que alia recuperação ambiental com produção agrícola, proporcionando um **retorno econômico direto em menor tempo**. O estudo de caso realizado em uma propriedade de 0,5 hectares no município de Paranaíta-MT demonstrou o potencial econômico dessa abordagem.

ESTUDO DE CASO

O estudo de caso utilizado refere-se à análise de viabilidade econômica de uma agrofloresta implantada em uma área de 0,5 hectares no município de Paranaíta, Mato Grosso, na propriedade de Roseli Alves de Souza, com início em dezembro de 2019 e monitoramento durante 3 anos.

A metodologia de monitoramento econômico foi participativa, envolvendo diretamente a família proprietária. Um caderno de campo foi utilizado para o registro contínuo de despesas e receitas, possibilitando a sistematização mensal dos dados pelo Instituto Centro de Vida (ICV).

A metodologia adotada garantiu que os dados econômicos fossem coletados de maneira precisa e contínua, refletindo o envolvimento direto do(a)s agricultore(a)s no processo de monitoramento, o que possibilitou uma avaliação realista dos custos, receitas e desafios ao longo do tempo.



Preparo do Solo

O preparo do solo foi realizado com gradagem, demandando 2 horas/máquina ao custo de R\$ 120,00 por hora, totalizando R\$ 240,00. Este processo é essencial para garantir a adequação do terreno ao plantio.

Adubação do Solo

A adubação envolveu o uso de cama de aviário, calcário e pó de rocha:

- **Cama de Aviário:** 996 kg, ao custo de R\$ 439,00.
- **Calcário:** 150 kg, custando R\$ 57,00.
- **Pó de Rocha:** 99,6 kg, com valor total de R\$ 154,38.

Mudas de Frutíferas

Foram utilizadas mudas de banana, acerola, limão taiti, cupuaçu, goiaba e açaí, totalizando 473 mudas ao custo de R\$ 2.130,60. Cada espécie foi escolhida por seu potencial produtivo e adequação ao clima local.

Irrigação

A infraestrutura de irrigação incluiu motobomba, tubos, registros e rolo gotejador, totalizando R\$ 2.111,00. O sistema garante a disponibilidade hídrica necessária para o desenvolvimento inicial das mudas.

Sementes

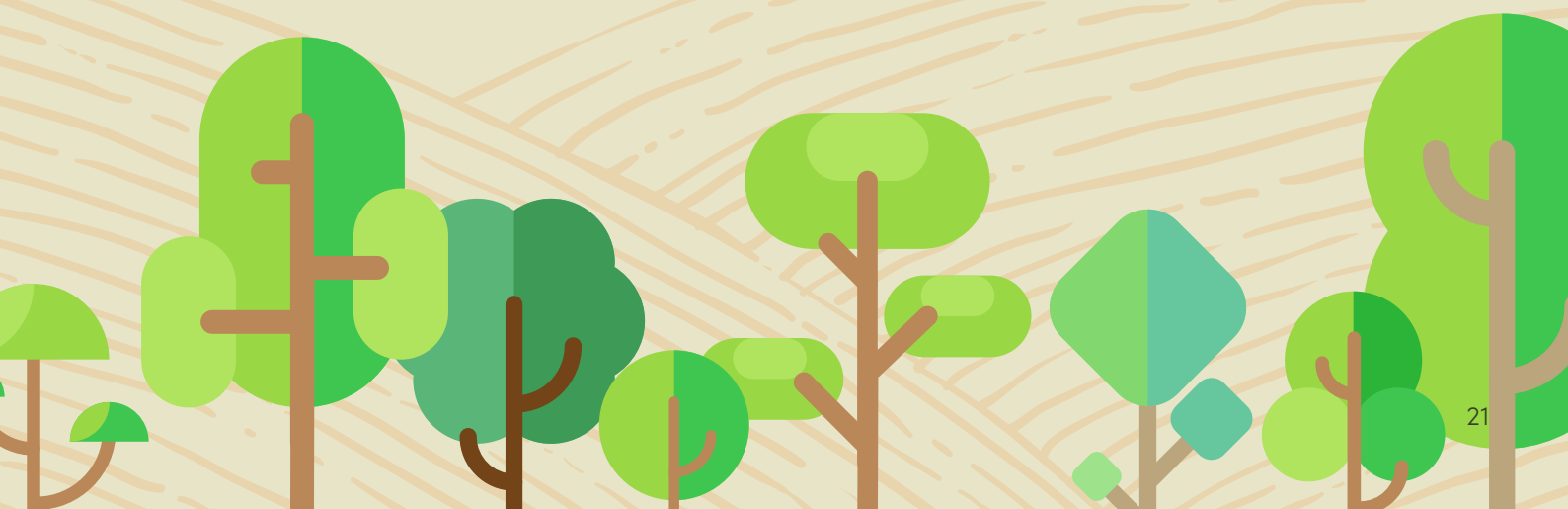
Foram adquiridas sementes nativas (como pata de vaca, urucum e jenipapo) e sementes para adubação verde (crotalária, feijão guandu e feijão de porco), somando R\$ 97,09 e R\$ 202,71, respectivamente.

Custo Total

O investimento inicial para a implantação do SAF foi de R\$ 5.278,21, contemplando todas as etapas descritas, o que evidencia a necessidade de planejamento financeiro para viabilizar sistemas sustentáveis e produtivos em propriedades da agricultura familiar.

Resultados do Estudo de Viabilidade Econômica: Ano 1 da Agrofloresta em Paranaíta-MT

A agrofloresta implantada em 0,5 hectares na propriedade de Roseli Alves de Souza, em Paranaíta-MT, apresentou resultados econômicos no primeiro ano de monitoramento, conciliando produção agrícola e sustentabilidade.



Produção de Olerícolas na Entrelinha

No primeiro ano, a família cultivou diversas olerícolas nas entrelinhas do sistema agroflorestal, com destaque para abobrinha, tomate cereja, pepino, quiabo, jiló, vagem, melancia, pimenta doce, pimentão e melão. O custo total de produção foi de R\$ 2.587,48, considerando sementes e adubação. A produção total conferida alcançou 5.697 kg, gerando uma receita de R\$ 11.385,00, com destaque para o tomate cereja e a melancia, que contribuíram significativamente para o retorno financeiro.

Produção de Frutíferas

As linhas de frutíferas foram ocupadas por 217 pés de banana (maçã e nanica), resultando em uma produção média de 8,7 kg/planta e um total de 1.899,6 kg de bananas colhidas. A receita bruta com a venda das bananas foi de R\$ 3.799,20. Os custos de manutenção no primeiro ano, incluindo mão de obra e combustível para irrigação, somaram R\$ 1.491,84.

Balanço Financeiro do Ano 1

A análise de despesas e receitas revelou um custo total de R\$ 7.865,69 para o primeiro ano, incluindo a produção de olerícolas e frutíferas. A receita total gerada foi de R\$ 15.184,20, resultando em um saldo positivo de R\$ 7.318,31. Este resultado demonstra a viabilidade econômica da agrofloresta, com potencial para retorno financeiro já no primeiro ano de implementação.

A experiência ressalta a importância de um planejamento, escolha adequada de culturas e suporte técnico para o sucesso de sistemas agroflorestais na agricultura familiar.

OPORTUNIDADES PARA AMPLIAR A VIABILIDADE ECONÔMICA

Diante desses desafios, algumas estratégias foram sugeridas para aumentar a atratividade econômica das práticas de RNA e SAFs:

INCENTIVAR COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES

O fortalecimento de organizações comunitárias pode facilitar o acesso a insumos, capacitações e mercados consumidores.

AMPLIAR O USO DE TECNOLOGIAS DE BAIXO CUSTO

O uso de aplicativos e ferramentas de geoprocessamento pode reduzir despesas com monitoramento e otimizar a gestão das áreas.

INTEGRAR POLÍTICAS PÚBLICAS E MECANISMOS DE PSA

A criação de programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) pode proporcionar incentivos financeiros diretos aos agricultore(a)s que aderirem às estratégias de regularização ambiental.



Os resultados obtidos pelo ICV reforçam que a regularização ambiental não deve ser vista como um entrave à atividade agrícola, mas como uma oportunidade de aprimorar a produtividade e a sustentabilidade das propriedades. A RNA e os SAFs demonstraram ser estratégias complementares, capazes de aliar recuperação ambiental com geração de renda. Quando apoiadas por políticas públicas adequadas, assistência técnica contínua e acesso a mecanismos de financiamento, essas práticas podem transformar a realidade de milhares de agricultore(a)s familiares em Mato Grosso, consolidando um modelo produtivo ambientalmente responsável e economicamente viável.

4. A importância do monitoramento

O monitoramento eficaz das áreas em processo de regularização ambiental é fundamental para **avaliar o sucesso das estratégias adotadas, identificar ajustes necessários e garantir a conformidade com as exigências do Código Florestal**.

Nesse contexto, os passos de monitoramento descritos neste Guia foram elaborados considerando a legislação relativa ao Código Florestal do Estado de Mato Grosso, que oferece diretrizes técnicas para o acompanhamento da regeneração da vegetação nativa e do uso sustentável do solo.

Entretanto, é necessário destacar que o referido protocolo foi inicialmente desenvolvido com foco no monitoramento ambiental de áreas em larga escala, sendo, portanto, menos adequado para o contexto específico das propriedades da agricultura familiar. Essa limitação pode dificultar a aplicação direta de seus procedimentos, especialmente devido à complexidade dos indicadores e à necessidade de ferramentas específicas.

Para garantir que o monitoramento dessas propriedades ocorra de maneira **eficiente e acessível**, recomenda-se a adoção das seguintes **estratégias adaptativas**:

1 SIMPLIFICAÇÃO DE INDICADORES

Selecionar e priorizar indicadores que sejam compreensíveis e manejáveis pelo(a)s agricultore(a)s familiares, como a cobertura vegetal, a diversidade de espécies regenerantes e o controle de plantas invasoras.

2 FERRAMENTAS DE COLETA ADEQUADAS

Utilizar tecnologias acessíveis, como aplicativos móveis e imagens de satélite gratuitas, para facilitar o acompanhamento das áreas. O uso de plataformas como o MapBiomas e o Global Forest Watch pode oferecer suporte visual e de análise para o processo de monitoramento.

3 CAPACITAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

Promover oficinas práticas de capacitação, abordando a aplicação simplificada dos procedimentos e o preenchimento correto das fichas de monitoramento. É fundamental garantir que o(a)s agricultore(a)s compreendam a importância dessa etapa e saibam interpretar os dados coletados.

4 PARTICIPAÇÃO ATIVA DO(A)S AGRICULTORE(A)S

Estimular a participação ativa do(a)s agricultore(a)s no planejamento e execução do monitoramento, incentivando o uso de métodos participativos que valorizem o conhecimento empírico das famílias sobre suas áreas de cultivo e regeneração.

Ao incorporar essas adaptações, o monitoramento das áreas em restauração torna-se mais **acessível**, proporcionando informações confiáveis para o acompanhamento do processo de regeneração e para o planejamento de ações futuras. Assim, a aplicação das instruções normativas com as devidas adaptações, mantém sua relevância e se torna uma ferramenta útil para o contexto da agricultura familiar no Mato Grosso.

5. Olhando para o futuro



A regularização ambiental das propriedades da agricultura familiar é um desafio que exige **soluções inovadoras, viáveis e adaptadas à realidade das pequenas propriedades**. O presente Guia consolidou as **principais estratégias** para facilitar esse processo, destacando abordagens como a Regeneração Natural Assistida (RNA) e os Sistemas Agroflorestais (SAFs), que conciliam a recuperação ambiental com a geração de renda.

A experiência obtida a partir do projeto “Acelerando a Implementação do Código Florestal”, realizado pelo Instituto Centro de Vida (ICV) evidenciou que a adoção dessas estratégias pode **viabilizar a conformidade com o Código Florestal sem comprometer a sustentabilidade econômica das propriedades**. Modelos de restauração produtiva permitem que agricultore(a)s familiares regularizem suas áreas ao mesmo tempo em que fortalecem sua produção e garantem maior resiliência frente a desafios como mudanças climáticas e restrições de acesso ao crédito.

A implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA) ainda enfrenta barreiras, como a morosidade na validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), a falta de assistência técnica e os custos elevados de restauração. No entanto, oportunidades como a adoção do CAR 2.0, o fortalecimento de cooperativas e associações, e o aprimoramento do monitoramento por sensoriamento remoto demonstram que há **caminhos concretos para superar esses desafios**.

Olhando para o futuro, é essencial que as políticas públicas sejam aprimoradas para garantir maior flexibilidade regulatória, acesso a crédito rural e incentivos financeiros para práticas de restauração produtiva. Além disso, a criação de unidades demonstrativas e redes de intercâmbio entre agricultore(a)s pode potencializar a adesão e replicação dessas estratégias, promovendo um impacto positivo em larga escala.

A **restauração ambiental** não deve ser encarada apenas como uma obrigação legal, mas sim como uma **oportunidade estratégica para fortalecer a agricultura familiar, gerar renda de forma sustentável e contribuir para a conservação dos recursos naturais**. O alinhamento entre agricultore(a)s, organizações da sociedade civil, setor privado e poder público será essencial para tornar esse processo uma realidade e consolidar um modelo de desenvolvimento rural mais inclusivo e resiliente no estado de Mato Grosso e em outras regiões do Brasil.

6. Saiba mais

Para aprofundar o conhecimento sobre a regularização ambiental na agricultura familiar, a implementação do Código Florestal e as estratégias de restauração produtiva, recomendamos a consulta ao site do Instituto Centro de Vida (ICV):

www.icv.org.br

No site, é possível acessar publicações, guias técnicos, estudos de caso e informações atualizadas sobre iniciativas e projetos de regularização ambiental e desenvolvimento sustentável voltados à agricultura familiar no Mato Grosso e em outras regiões.



7. Recomendações para a implementação do Código Florestal na agricultura familiar

Para avançar com a implementação do Código Florestal na agricultura familiar, especialmente por meio da adoção de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e Regeneração Natural Assistida (RNA), é essencial considerar os aprendizados obtidos nas experiências de campo do Instituto Centro de Vida (ICV). As recomendações apresentadas nesta seção foram elaboradas a partir de entrevistas, lições aprendidas e experiências práticas, buscando garantir que as estratégias de regularização ambiental sejam acessíveis, eficazes e adequadas à realidade dos produtores familiares.

Nesse contexto, destaca-se a importância de fortalecer o apoio técnico, promover o acesso a recursos financeiros e incentivar o uso de métodos sustentáveis. Para viabilizar a adoção de SAFs e RNA, recomenda-se investir em capacitação contínua, facilitar o acesso a insumos e apoiar a comercialização dos produtos. As lições obtidas durante a execução do projeto mostram que, com suporte adequado e modelos ajustados à agricultura familiar, a implementação do Código Florestal pode promover tanto a conservação ambiental quanto a geração de renda.

Assim, são recomendadas as seguintes ações estratégicas:

1. FORTALECER A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E A CAPACITAÇÃO RURAL

- Criar programas continuados de formação para técnicos e agricultore(a)s, garantindo acesso a conhecimento sobre restauração ambiental e produção sustentável.
- Implementar abordagens de assistência técnica acessíveis, incluindo capacitações presenciais, materiais didáticos simplificados e suporte remoto.
- Estimular a troca de experiências entre produtores por meio de visitas técnicas, dias de campo e redes de colaboração.

2. FACILITAR O ACESSO AO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) E AO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (PRA)

- Agilizar a validação do CAR, reduzindo a morosidade que impede pequeno(a)s proprietário(a)s de acessar políticas públicas e crédito rural.
- Expandir a transparência e a comunicação sobre o funcionamento do CAR e do PRA, disponibilizando informações simplificadas e acessíveis.
- Criar mecanismos de suporte técnico para auxiliar agricultore(a)s familiares na adesão ao CAR e ao PRA, com destaque para orientações sobre uso sustentável de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL).

3. INCENTIVAR MODELOS DE RESTAURAÇÃO PRODUTIVA

- Fomentar a adoção de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e Regeneração Natural Assistida (RNA) como estratégias para conciliar recuperação ambiental e geração de renda.
- Estimular projetos-piloto demonstrativos para validar e aprimorar as abordagens, promovendo modelos replicáveis para outras regiões.
- Articular parcerias entre agricultore(a)s, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil para fortalecer a disseminação de boas práticas de restauração produtiva.

4. APRIMORAR O MONITORAMENTO POR SENSORIAMENTO REMOTO

- Utilizar tecnologias acessíveis para acompanhar a evolução das áreas em restauração, permitindo diagnósticos mais ágeis e precisos.
- Capacitar agricultore(a)s e técnicos no uso de ferramentas de geoprocessamento para otimizar a gestão ambiental de suas propriedades.
- Desenvolver metodologias participativas para que os próprios produtores possam contribuir no monitoramento e avaliação das áreas restauradas.

5. VIABILIZAR INCENTIVOS FINANCEIROS E AMPLIAR O ACESSO AO CRÉDITO RURAL

- Criar linhas de financiamento específicas para práticas de restauração produtiva, facilitando o acesso a recursos para implantação e manutenção de SAFs e RNA.
- Estabelecer mecanismos de pagamento por serviços ambientais (PSA) voltados para a agricultura familiar que adotam práticas sustentáveis.
- Facilitar a obtenção de crédito rural mediante comprovação da adesão ao PRA, estimulando a conformidade ambiental por meio de benefícios econômicos diretos.

6. FORTALECER COOPERATIVAS E REDES DE APOIO LOCAIS

- Estimular o fortalecimento de associações e cooperativas rurais para ampliar o acesso a insumos, assistência técnica e canais de comercialização.
- Criar incentivos para o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis, priorizando mercados que valorizam produtos oriundos de áreas regularizadas e manejadas de forma sustentável.
- Integrar as cooperativas a iniciativas de restauração produtiva, garantindo que o(a)s agricultore(a)s tenham suporte técnico e logístico na implementação de suas atividades.

7. FORMAR MULTIPLICADORES E PROPRIEDADES MODELO

- Criar Unidades Demonstrativas e propriedades referência, onde o(a)s agricultore(a)s possam visualizar na prática os benefícios dos modelos produtivos aliados à conservação ambiental.
- Desenvolver um programa de agricultore(a)s-multiplicadores, capacitando lideranças locais para difundir boas práticas entre os demais produtores.
- Estabelecer redes de intercâmbio entre agricultore(a)s que já implementaram SAFs e RNA e aqueles que estão em fase inicial de regularização ambiental.

8. GARANTIR FLEXIBILIDADE NAS NORMAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

- Ajustar exigências regulatórias à realidade dos agricultore(a)s familiares, permitindo maior adaptação às suas condições socioeconômicas.
- Criar diretrizes específicas para uso sustentável de Áreas de Preservação Permanente (APPs), reconhecendo práticas agroecológicas como parte do processo de restauração.
- Dialogar com os órgãos ambientais para aprimorar a regulamentação, garantindo que as políticas públicas considerem a diversidade de contextos produtivos da agricultura familiar.

A implementação dessas recomendações pode contribuir para tornar a regularização ambiental mais eficiente, garantindo que o(a)s agricultore(a)s familiares não apenas cumpram as exigências do Código Florestal, mas também se beneficiem de modelos produtivos sustentáveis. O alinhamento entre políticas públicas, suporte técnico e incentivos financeiros é essencial para assegurar que a restauração ambiental seja acessível e vantajosa para os produtores, promovendo simultaneamente a conservação da biodiversidade e o fortalecimento da agricultura familiar.



**INSTITUTO
CENTRO
DE VIDA**



iCS

instituto
CLIMA e SOCIEDADE